

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.429.727 - SP (2019/0009649-2)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : F R T
ADVOGADO : FÁBIO RODRIGO TRALDI (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP148389
AGRAVANTE : P T E T
ADVOGADOS : DENIVALDO BARNI - SP051448
DENIVALDO BARNI JÚNIOR - SP235518
AGRAVADO : OS MESMOS

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15) interposto por P T E T em face da decisão acostada às fls. 504-505 e-STJ, que, em juízo prévio de admissibilidade, negou seguimento ao recurso especial manejado pela ora agravante.

O apelo extremo, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 305-308 e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO TUTELA DE URGENCIA – PEDIDO DE PROIBIÇÃO DE A PARTE CONTRÁRIA EXTINGUIR O CONDOMÍNIO ANTES DA SENTENÇA DECISÃO QUE DEFERE O PEDIDO PARA O FIM DE A PARTE CONTRÁRIA SE ABSTER DE ALIENAR SEUS DIREITOS SOBRE O IMÓVEL INCONFORMISMO DA PARTE BENEFICIADA PELA DECISÃO, COM FUNDAMENTO EM QUE O JUÍZO TERIA RECONHECIDO DIREITO REAL DA PARTE CONTRÁRIA INCONSISTÊNCIA DO RECURSO DECISÃO MANTIDA Em ação de divórcio, a parte que pede decisão que proíba a parte contrária de “extinguir o condomínio” de determinado imóvel não pode reclamar se a decisão acolhe seu pedido e impõe a abstenção da parte contrária quanto à alienação de seus direitos sobre o imóvel, em cognição superficial, à luz do artigo 300, do CPC, sem discutir ou reconhecer direito real das partes sobre o imóvel - NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO.

Opostos embargos de declaração (fls. 349-354 e 386-398 e-STJ), restaram desacolhidos (fls. 364-366 e 404-406 e-STJ).

Nas razões de recurso especial (fls. 333-344 e-STJ), alegou a insurgente que o acórdão recorrido violou os seguintes dispositivos de lei federal: (i) artigo 7º do CPC/15 ao argumento de que a decisão recorrida deixou de considerar a garantia de paridade de tratamento às partes; (ii) artigo 8º do CPC/15, sustentando que a Corte local deixou de observar a razoabilidade proporcionalidade e legalidade.

Contrarrazões às fls. 438-456 e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade, a Corte de origem inadmitiu o apelo nobre indicando insuficiência de fundamentação recursal e por aplicação da Súmula 7/STJ.

Inconformada, interpôs o presente agravo (art. 1.042 do CPC/15), cuja minuta está acostada às fls. 524-538 e-STJ, por meio do qual pretende ver admitido o recurso especial.

Contraminuta às fls. 544-559 e-STJ.

É o relatório. Decide-se.

A pretensão recursal não merece prosperar.

1. O recurso especial limita-se a alegar genericamente a violação aos dispositivos citados sem apresentar fundamentação que guarde correlação com a norma supostamente violada, bem como sem demonstrar, de forma clara e precisa, de que modo o acórdão recorrido a teria contrariado.

Com efeito, a alegação de ofensa à lei federal pressupõe a realização do cotejo entre o conteúdo preceituado na norma e os argumentos aduzidos nas razões recursais, de maneira a demonstrar a devida correlação jurídica entre o fato e o mandamento legal - que deve conter carga normativa suficiente para alterar o julgado.

Nesse sentido, a simples alusão a dispositivos, desacompanhada da necessária argumentação que sustente a alegada ofensa à lei federal, não se mostra suficiente para o conhecimento do recurso especial. Incide, no ponto, o disposto na Súmula 284/STF, que se aplica por analogia. A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. ARTIGO 35-G DA LEI Nº 9.656/1998. SÚMULA Nº 284/STF. HOME CARE. RECUSA. SÚMULA Nº 7/STJ. DANO MORAL. INDENIZAÇÃO. REVISÃO. [...] 2. É inadmissível o inconformismo por deficiência na fundamentação quando o recurso especial não indica, de modo preciso, de que forma o dispositivo legal foi infringido. Incidência da Súmula nº 284/STF. [...] 5. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1264572/PE, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 24/08/2018) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. AUSÊNCIA DE VÍCIO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. PREQUESTIONAMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ASSOCIAÇÃO. LEGITIMIDADE ATIVA. INTERESSE DE AGIR REEXAME DO CONTRATO E DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SUMULAS N. 5 E 7 DO STJ. PERCENTUAL DE RETENÇÃO. RESCISÃO DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA. ENTENDIMENTO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. DECISÃO MANTIDA. [...] 3. A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, a teor das Súmulas n. 282 e 356 do STF. 4. A deficiência na fundamentação do recurso, de modo a impedir a compreensão da suposta ofensa ao dispositivo legal invocado, obsta o conhecimento do recurso especial (Súmula n. 284/STF). [...] 9. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1202430/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 29/06/2018) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO CARACTERIZAÇÃO. ART. 513 DO CPC/1973. FALTA DE PERTINÊNCIA TEMÁTICA COM A TESE DO

ESPECIAL. SÚMULA N. 284/STF. DECISÃO DE RELATOR. INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. INAPLICABILIDADE. DECISÃO MANTIDA. [...] 2. O art. 513 do CPC/1973 não possui carga normativa para sustentar a tese de cerceamento de defesa, o que inviabiliza o conhecimento da insurgência, nos termos da Súmula n. 284/STF. [...] 4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1091409/BA, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 22/03/2018, DJe 02/04/2018) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. INOVAÇÃO RECURSAL. INADMISSIBILIDADE. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. VIA IMPRÓPRIA. NULIDADE. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF. REEXAME DE PROVAS. REVISÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULA N. 84/STF. DECISÃO MANTIDA. [...] 6. Se a tese apresentada nas razões do especial não tiver relação com os dispositivos apontados como violados, é inafastável a incidência da Súmula n. 284/STF, por deficiência de fundamentação recursal. 7. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1358635/ES, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 17/09/2015, DJe 24/09/2015) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE NULIDADE DE TESTAMENTO - INOBSERVÂNCIA DA LEGISLAÇÃO - FORMALISMO QUE NÃO PODE SE OPOR À VONTADE DA TESTADORA - ALEGAÇÃO DE VÍCIO NO CONSENTIMENTO - INEXISTÊNCIA. [...] 3. No que concerne à impossibilidade de ser a mesma pessoa testemunha, testamentário e inventariante, nota-se que o recurso especial encontra-se deficiente, porquanto esta Corte Superior entende que o dispositivo legal tido como violado deve conter carga normativa suficiente a alterar o julgado hostilizado. Na hipótese vertente, o insurgente aponta ofensa à regra jurídica incapaz de exercer modificação no provimento jurisdicional atacado, razão pela qual o apelo extremo é deficiente, nos termos da Súmula n. 284 do STF. Ainda que assim não fosse, o aresto hostilizado está fundado na regra do art. 990, V, do Código de Processo Civil, que não fora objeto de impugnação pelo apelo extremo, motivo pelo qual incide por analogia a Súmula n. 283 do STF. 4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1230609/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 17/09/2013, DJe 02/10/2013) [grifou-se]

2. Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ, nega-se provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator